
A REDE SOCIAL FACEBOOK E O SUJEITO INDÍGENA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**FACEBOOK SOCIAL NETWORK AND THE INDIGENOUS SUBJECT: AN ANALYSIS DISCURSIVE****Maria Luceli Faria Batistote¹****Ana Livia Tavares da Silva²****Período de recebimento dos textos:** 04/08/2014 a 31/10/2014**Data de aceite:** 10/11/2014

Resumo: Neste artigo, buscamos compreender o uso da rede social *Facebook* pela “Aty Guasu”, assembleia dos Guarani e Kaiowá. Tendo como norteadora de nossos estudos, a Semiótica francesa, abordamos o local e o regional sul-mato-grossenses, por meio do *ciberdiscurso*, buscando resgatar no ciberespaço a representação do discurso desses grupos sociais. Foram contempladas na análise questões acerca da semântica discursiva do percurso gerativo de sentido, a fim de perceber em que medida tais discursos produzem determinadas práticas de subjetivação nos indivíduos de forma a (re)construir a identidade do sujeito indígena sul-mato-grossense. Os resultados apontam temas como: genocídio indígena, poder dos grandes latifundiários, necessidade de reforma agrária, opressão dos fazendeiros sobre os índios, desigualdade social, discriminação e desrespeito à cultura indígena.

Palavras-chave: Rede social, Sujeito indígena, Cultura, Semiótica, Análise discursiva.

Abstract: In this article, we seek to understand the use of social network Facebook by "Aty Guasu" Assembly of the Guarani and Kaiowá. With the following guiding our studies, the French Semiotics, approached the spot and the South Mato Grosso region, through cyberspeech, seeking rescue in cyberspace discourse representation of these social groups. Issues were addressed in the analysis of discourse about the generative process of semantic meaning in order to understand to what extent such discourses produce certain practices of subjectivity in individuals in order to (re) construct the identity of South Mato Grosso Indigenous subject. The results show themes as: indigenous genocide, power of large landowners, need for land reform, oppression of farmers over the Indians, social inequality, discrimination and disrespect for indigenous culture.

Keywords: Social Network, Indigenous subject, Culture, Semiotic, Analysis discursive

¹ Docente da UFMS, Curso de Letras e Programas de Pós-Graduação - Mestrado em Estudos de Linguagens, Mestrado em Comunicação e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS)

² Aluna do Curso de Jornalismo da UFMS, bolsista de Iniciação Científica CNPq – PIBIC 2013/14

Notas introdutórias

Este trabalho busca analisar o uso da rede social *Facebook* pela *Aty Guasu*, assembleia dos Guarani e Kaiowá, apresentando dados relacionados às práticas sociais referentes a essa etnia indígena e mostrando a ruptura do silêncio, à medida que a tecnologia possibilita a interatividade e permite ao indígena colocar-se na posição daquele que enuncia e fala por si só. Por meio das análises buscamos nas redes de significações a compreensão dos discursos produzidos e os processos de subjetivação daí recorrentes.

A *Aty Guasu* é uma grande assembleia dos povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Os indígenas utilizam a tecnologia digital e publicam em sua página na *internet* notas e esclarecimentos sobre os assuntos discutidos na assembleia, cuja temática em sua grande maioria aborda os conflitos de terras e demarcações de propriedades indígenas.

O povo Guarani e Kaiowá ocupa uma região localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul. Esse estado registra hoje a segunda maior população indígena do País, aproximadamente 73 mil e 300 pessoas, número somente superado pelo Amazonas com quase 169 mil indígenas. Juntos, os grupos de língua guarani falantes do dialeto kaiowá (autodenominados kaiowá) e os que falam *nhandeva* (autodesignados guarani) conformam hoje o maior grupo indígena do País, com cerca de 45 mil pessoas, distribuídas por mais de 30 terras indígenas e 31 acampamentos à beira de estradas ou em pequenas porções de terra dentro de fazendas.

Inicialmente, os Guanari-Kaiowá foram confinados em pequenas reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios(SPI) e vem buscando nas últimas duas décadas recuperar as áreas de terras ocupadas pelas diversas frentes de colonização que ocupantes daquele território, quebrando assim as

fronteiras do confinamento. Anteriormente eles viviam em uma vasta região entre as fronteiras do Brasil e Paraguai reunidos em grupos.

O Serviço de Proteção aos Índios, SPI, iniciou suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, em 1915, quando é demarcada a 1ª Reserva Indígena Kaiowá, o Posto Indígena de Amambai, com 3.600 hectares. Sofreu logo, também, a primeira redução, restando um total de 2450 hectares. Dois anos depois, em 1917, reservou uma segunda área de 3.600 hectares de terras no município de Dourados (Posto Indígena Francisco Horta). Em 1924, criou a terceira reserva de 3.750 hectares para os Kaiowá de Caarapó. Outras cinco reservas são criadas, em 1928, com uma extensão entre 900 e 2 mil hectares cada uma. São elas: Takuapiry, Porto Lindo, Sassoró, Pirajuí e Limão Verde (BRAND, 1997).

Foram criadas então oito reservas em posse dos Guarani e Kaiowá, sendo que ao demarcar essas pequenas porções de terra o governo liberava o restante para a colonização. Foi o processo de transferência ordenada para as reservas demarcadas que caracterizou um confinamento indígena.

O SPI utilizou-se basicamente de três critérios para a demarcação das terras. O primeiro dizia respeito à concentração de índios, o segundo a disponibilidade da terra, ou seja, a inexistência de outros candidatos a posse da terra naquele momento ocupada pelos índios e, por ultimo, a qualidade da terra, no caso, a busca de terras mais aptas a agricultura.

Pensando nessas questões, é preciso ressaltar que o conceito de “natureza” e em consequente da relação “natureza” e “ser humano” para esse povo indígena é distinta da concepção ocidentalizada. Conforme Brand (1997, p.45):

Além da profunda interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e dos animais, e o mundo dos humanos, os povos indígenas entendem a natureza como algo vivo com quem se interage e se

estabelece uma comunicação constante, apoiada numa visão cosmológica integradora. Não se trata, portanto, sob a ótica dessas populações, de dominar a natureza, mas entender sua linguagem e compreendê-la, na certeza de que a sobrevivência do homem dependerá muito mais dessa sua capacidade de compreensão e respeito frente à mesma do que de dominá-la ou de transformá-la.

Vale salientar, ainda, que em nenhum momento foi levado em conta nesse processo de demarcação de terras a concepção de território e formas se relacionar e explorar os recursos naturais dos Guarani e Kaiowá. Se formos ver, na história do Brasil colônia, constatamos que a questão da terra como “propriedade”, direito de posse, começou a existir pós-1500 a partir das Sesmarias, pelo sistema de doação. Nessa época, a terra passou a ser tratada como mercadoria cujo propósito era produzir monoculturas para atender o mercado europeu. Nesse período, surge, então, a mão de obra necessária para se produzir na terra. No primeiro momento, os indígenas e depois os negros imigrantes passaram a fazer parte dessa lógica de produção capitalista.

Aqueles que trabalhavam na terra e conservavam relação de fato com ela seriam apenas posseiros ilegais, detentores, mas não proprietários. Em outras palavras, os índios não são percebidos como sujeitos que têm direitos originários às suas terras. Acontecimentos que se refletem nos dias atuais e, assim, uma guerra se trava, em casos específicos como a demarcação de terras e sua disputa entre indígenas e latifundiários.

Em meados da década de 70, com a chamada Revolução Verde, o processo de colonização se intensificou. O fluxo migratório passou a aumentar com colonos vindos de estados mais próximos como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para explorar a nova fronteira agrícola. Na década de 80, essa migração atingiu o seu ápice, motivada pelas novas condições que se estabeleceram com a divisão estadual e criação do Estado do Mato Grosso do Sul, até então pertencentes ao Mato Grosso.

Toda essa expansão da fronteira agrícola interferiu, diretamente, na demarcação e ocupação das terras indígenas, oficializando o processo de confinamento compulsório dos Guarani e Kaiowá e reforçando que as terras por direito de posse indígena eram exclusivamente as reservas demarcadas.

Dá-se início a uma “guerra” para reintegração de posse indígena em que as histórias de lutas desse povo que reside na porção sul do Estado se caracteriza em dois aspectos: um longo tempo de resistência e retomadas, iniciado de forma tímida na década de 80 e no final desse mesmo período, em que há o processo de retorno para as terras consideradas por eles como sagradas e apoiados por entidades a retomada da prática de realizações de Grandes Assembleias (Aty Guasu) e com ela também, aos poucos, suas práticas culturais.

Um forte fator que agrava a crise no Mato Grosso do Sul é o grande poder político da elite local. Com uma economia baseada, principalmente, no agronegócio e na exportação de *commodities* primárias, o fato das terras reivindicadas pelos Guarani-Kaiowá serem locais de extensas plantações de soja, cana-de-açúcar e pastagens para o gado bovino dificulta a reintegração de posse.

Nos últimos anos, os fazendeiros da região, fortalecidos política e economicamente, tornaram as disputas cada vez mais violentas. Os assassinatos de lideranças, começados em 1983, passaram a ser cada vez mais frequentes, sobretudo a partir de 2003, quando morre Marcos Verón, liderança de destaque no movimento Aty Guasu. Outro fator que agrava a situação são as reservas superlotadas. Entre 2005 e 2006, elas ganharam destaque na mídia nacional e no meio político devido às mortes em decorrência da desnutrição infantil. Como forma emergencial de combater o problema, intensificou-se a distribuição de cestas básicas e o Ministério Público Federal pressiona o governo buscando soluções.

Debruçamo-nos, inicialmente, sobre esses aspectos históricos, por considerá-los relevantes, em face de os conflitos continuarem até os dias atuais. Nessa direção, selecionamos como *corpus* para este artigo o texto, publicado pela Aty Guasu em sua página na rede social *Facebook*, no dia 17 de novembro de 2013. Conforme verifica-se, o recorte, a seguir, apresentado ratifica essa problemática.

Estamos em LUTO E LUTA, no dia 18 de novembro de 2011 por volta da 06h00min, no tekoha Guaiviry-Aral Moreira-MS entre Amambai e Ponta Porã-MS, a comunidade Guarani e Kaiowá e o cacique Guarani e Kaiowá NISIO GOMES foi atacado e assassinado de modo cruel pelo grupo de pistoleiros/seguranças da empresa GASPEM, contratados pelos fazendeiros. O cadáver do cacique Nisio Gomes foi transportado na caminhonete e ainda não foi encontrado pela Polícia Federal. [...] Nós Guarani e Kaiowá lutamos contra o processo de genocídio financiado pelos fazendeiros e permitido pelo governo e justiça do Brasil.

Uma análise discursiva: em busca de uma possível compreensão

Podemos afirmar que a forma como vemos o mundo e nos comunicamos está em constante mudança. Desde o final do século passado e início deste século, as tecnologias digitais transformam profundamente as relações que a sociedade permuta com esses suportes. Essa questão ocorre devido a outros modos de subjetivação que elimina a noção de território promovendo a inclusão social e abreviando o entendimento de diversidade cultural que o ciberespaço oferece, onde os signos são usados na construção do ciberdiscurso dos cibernautas quando no uso das redes sociais ou qualquer outra forma de navegação no espaço da Web.

O ciberespaço pode ser classificado como um novo campo de interação. É o local e o virtual onde acontecem múltiplas atividades e as informações estão disponíveis devido a tecnologia. A denominação se refere a um novo mundo, um novo espaço de significações, interação, comunicação e vida em sociedade. A

comunicação no *ciberespaço* ocorre de maneira significativa sob o ponto de vista de que os cibernautas interatuam por meio de gêneros discursivos escritos.

No ciberdiscurso os internautas procuram divulgar ações, lutas, submissões e pactos com os quais estão ligados direta ou indiretamente e onde “há troca de diferentes tipos de informação em diferentes sistemas, como por exemplo, trocas relacionadas ao trabalho, à esfera pessoal e mesmo a outros assuntos” (RECUERO, 2009, p. 259). O ciberdiscurso se constitui na medida em que os cibernautas estabelecem relações escritas constantes, mesmo que sejam provisórias, onde eles produzem suas vozes e constroem processos cognitivos que os constituem como seres sociodiscursivos na sociedade em que a cultura está relacionada através da escrita. Tornando-se, um compartilhamento imediato do ato linguístico discursivo; a linguagem anexada aos usuários, que se é praticada dentro do ciberespaço (internet), ou seja, a prática da escrita na Web.

Nesse raciocínio, podemos compreender então, que os discursos não apenas traduzem a desordem ou os sistemas de dominação, como também potencializam o idealizado na produção discursiva postada na web ou *ciberespaço*. Considera-se, portanto, que o mundo do ciberespaço é sustentado pela combinação de experiências, expectativas e comportamentos saídos de ciberdiscursos, nos quais, os agentes comunicativos iniciam uma série de unificações e de distribuição de funções aos membros das comunidades, buscando assim, seu lugar de sujeito atuante no mundo e na compreensão da individualidade proposta aos cibernautas, à medida que, eles estabelecem seus planos individuais ou coletivos, como é o caso da Assembleia dos Guarani e Kaiowá, na rede social *Facebook*.

Analisamos os mecanismos de produção do ciberdiscurso dos Guarani e Kaiowá, a partir do arcabouço teórico da Semiótica francesa, que tem o texto como seu objeto e procura explicar o sentido do texto. Considera não apenas o

que o texto diz, mas como é dito, compreendendo os mecanismos e procedimentos que constroem o sentido do texto avaliando o plano de conteúdo do texto, concebido sob a forma de percurso gerativo.

O percurso gerativo de sentido é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetíveis de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo. [...] Os três níveis do percurso são o profundo (ou fundamental), o narrativo e o descritivo” (FIORIN, 2006. p. 20) .

Conforme afirma o autor, a semiótica explica o sentido do texto por meio de três patamares distintos com os quais examina os mecanismos e procedimentos de seu plano de conteúdo sob a forma de percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Conclui-se, então, que este texto ou qualquer forma de se comunicar está diretamente ligado às relações com a sociedade e a história, pois, o texto produz sentidos como um objeto de significação construído na relação com os demais objetos culturais, uma vez que está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas, se tornando assim um objeto de comunicação.

O discurso deve ser visto como objeto lingüístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esse dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (FIORIN, 1990, p.177).

Vale mencionar que o nível fundamental, se dá a partir de oposições de termos gerais e abstratos como /vida/ vs /morte/, por exemplo. Esses termos mantém uma relação de contrariedade e faz-se, também, a aplicação de categoria

/euforia/ vs /disforia/ que determinam valores positivos e negativos para determinado sujeito.

Cada um dos elementos da categoria semântica de base de um texto recebe a qualificação semântica /euforia/ *versus* /disforia/. O termo ao qual foi aplicada a marca /euforia/ é considerado um valor positivo; aquele a que foi dada a qualificação /disforia/ é visto como um valor negativo. [...] Euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema oxiológico do leitor, mas estão inscritos no texto (FIORIN, 2006. p. 23).

No nível narrativo, o percurso se manifesta sob forma de transformações operadas por sujeitos. Nesse patamar as relações podem ser conjuntivas ou disjuntivas. A narrativa se organiza em enunciados (de estado ou de fazer), de *performance* para formar o esquema narrativo que é uma organização lógica de percursos narrativos. A enunciação se mostra no discurso e estabelece com ele relações de aproximação ou afastamento, subjetividade ou objetividade. O percurso do sujeito descreve não só a realização de uma *performance*, como a competência modal representada pelo /poder/ e /saber/ fazer do sujeito actante.

Os valores manifestados no nível narrativo se organizam no nível discursivo que podem ser recobertos por percursos figurativos. Algo que não só garante coerência no texto, como, também, manifestam mais claramente suas intenções e propósitos. Ainda nesse nível, a organização narrativa é temporalizada, especializada e actorizada, ou seja, as ações e os estados narrativos são localizados e programados num tempo e num espaço, e os actantes (atores) narrativos são investidos pela categoria de pessoa. Têm-se assim, as mudanças dos termos, onde se lia sujeito, lê-se ator ou atores. A análise volta-se para o componente interno do texto: o espaço onde ocorrem os fatos, o tempo em que ocorrem as ações e as figuras que representam o mundo natural no decorrer do discurso.

Cada um dos três níveis do percurso gerativo de sentido comporta uma semântica e uma sintaxe. A semântica de nível fundamental pode ser definida como aquela que abriga às categorias que estão na base da construção de um texto e a sintaxe, como a negação e asserção as duas operações abrangidas pelo nível fundamental. É a semântica que estrutura toda a construção textual e define os termos sustentadores do texto. Após o nível narrativo a análise se volta para o nível fundamental. Neste nível é possível verificar as transformações realizadas pelos sujeitos e compreender em que medidas tais discursos produzem determinadas práticas de subjetivação nos indivíduos de forma a (re)construir a identidade do sujeito indígena sul-mato-grossense.

Na questão do processo discursivo vale ressaltar o papel da linguagem. Ela contém uma visão de mundo, que determina nossa maneira de perceber e conceder a realidade, e impõe-nos essa visão. Além de criar a imagem do mundo, é também produto social e histórico. Assim, pode-se considerar a linguagem criadora de uma imagem do mundo e também criação desse mundo. Os termos devem ter entre si uma relação de contrariedade, como descrito anteriormente. Cabendo assim, definir quais são as categorias semânticas eufóricas e disfóricas presentes na narrativa. No caso do nosso objeto de estudo, o ciberdiscurso da Aty Guasu, encontrou-se os valores **vida versus morte**, representando respectivamente, os valores eufóricos e disfóricos.

Podemos verificar essa oposição, nos seguintes recortes:

todas as comunidades Guarani e Kaiowá se organizam e se articulam para se defender dos ataques genocidas dos pistoleiros contratados dos fazendeiros.

nós Guarani e Kaiowá lutamos contra o processo de genocídio financiado pelos fazendeiros e permitido pelo governo e justiça do Brasil.

Percebe-se a insatisfação dos indígenas com relação à morte de seus companheiros, e é possível exprimir um estado inicial disjuncto, e a proposição

de um estado conjunto quando afirmam que irão lutar para dar um fim ao processo de genocídio.

Nesse sentido, depreende-se o seguinte esquema:

Morte (disforia) ----- não-morte (não-disforia) -----vida
(euforia)

O “informativo da Aty Guasu” tem, portanto, como conteúdo mínimo fundamental a negação da morte ou genocídio, sentida como negativa, e a afirmação da vida eufórica. Ressalta-se que o termo genocídio usado no texto significa a **exterminação sistemática** de pessoas tendo como principal motivação as diferenças de **nacionalidade, raça, religião** e, principalmente, **diferenças étnicas**. É uma prática que visa eliminar minorias étnicas em determinada região. Prática que os indígenas Guarani e Kaiowá afirmam, por meio de sua publicação na rede social *Facebook*, acontecer no estado do Mato Grosso do Sul.

No segundo patamar, nível das estruturas narrativas, há uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. O que significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final. Ou seja, não se trata mais de afirmar ou negar conteúdos, mas, de transformar, pela ação do sujeito, estados.

Em nosso *corpus*, não se trata mais de afirmar ou de negar conteúdos, de asseverar a vida e de recusar a morte, o genocídio, mas de transformar, pela ação do sujeito, estados de vida ou de morte. Temos então, o sujeito “indígena” manipulado por meio da intimidação pelo sujeito “fazendeiro” que o obriga a desocupar a terra por meio de ameaças e até mesmo usando a força. Vejamos o recorte: “Dois professores Guarani foram assassinados e cadáveres ocultados pelos pistoleiros da fazenda São Luiz-Paranhos-MS. Os contratantes dos pistoleiros são fazendeiros, políticos e sindicato rural filiado à FAMASUL”.

No entanto, após anos de conflitos, em que o sujeito “fazendeiro” se mostrava mais forte e preparado, “no dia 25 de novembro de 2013 completam 30 anos de assassinato de liderança Guarani e Kaiowá MARÇAL DE SOUZA TUPÃ’I. O líder Marçal Tupã’i foi também assassinado pelos pistoleiros contratados pelos fazendeiros”, “Os mandantes/fazendeiros e autores desses crimes bárbaros se encontram impunes, liberados pela justiça do Brasil”, o sujeito “indígena” decide agir e se sente dotado de um poder fazer buscando entrar em conjunção com a vida e dar um fim aos genocídios. “Diante desse anúncio criminoso dos fazendeiros e suas organizações e políticos anti-indígenas, as lideranças Guarani e Kaiowá passam se preparar para se proteger e se defender das violências e ataque genocida dos fazendeiros”. E o indígena que antes era manipulado pelo sujeito fazendeiro, por meio de uma intimidação, se vê dotado de um poder fazer e passa a agir para transformar seu estado final em conjunto com a liberdade.

Assume, a partir daí, a busca pelos valores da vida e liberdade e a narrativa sofre desdobramento polêmico. Opõem-se valores e o indígena sincretiza os papéis de sujeito de fazeres contrários. Na fase da *competência*, o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber ou poder fazer. A *performance* é a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado a outro) central da narrativa e a última fase é a *sanção*. Nela ocorre a constatação de que a *performance* se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação.

A terceira etapa do percurso gerativo de sentido é o das estruturas discursivas. No nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhes dão concretude. Sendo assim, os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são, no nível do discurso, disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos em que o sujeito da

enunciação assegura, devido aos percursos temáticos e figurativos, a coerência semântica do discurso e cria, com a concretização figurativa do conteúdo, efeitos de sentido e realidade. A figuratividade se define como todo conteúdo de um sistema de representação, verbal, visual, auditivo ou misto, que entra em correlação com uma figura significativa do mundo percebido, quando ocorre sua assunção pelo discurso. Ainda no nível discursivo, percebemos que os valores narrativos, se desenvolvem sob a forma de temas e se concretizam por meio de figuras. No informativo da *Aty Guasu*, texto analisado, é possível fazer várias leituras temáticas:

- a) genocídio indígena no Brasil;
- b) poder dos grandes latifundiários do país;
- c) necessidade de uma reforma agrária;
- d) opressão dos fazendeiros sobre os índios;
- e) desigualdade social, discriminação e desrespeito a cultura indígena;
- f) violência entre os fazendeiros e os povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

Variados são os temas caracterizados por diferentes investimentos figurativos. É possível perceber que subjazem a esses temas a **morte** e a **vida**. Para uma melhor visualização, segue o quadro:

Morte	Vida
luto/ cadáveres/ disparos/ armas/agredindo/ condenados/ pistoleiros/ genocídio/ ataques	Liberdade/luta/justiça/ritual/ proteger/defender

T

Também, nesta etapa, é possível verificar quais são os procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos, uma vez que a organização narrativa se torna discurso graças aos procedimentos de desembreagem e embreagem em que são utilizadas as categorias da pessoa, do espaço e do tempo. A semiótica examina as relações entre enunciação e discurso sob a forma das diferentes projeções da enunciação com as quais o discurso se fabrica. Sendo que a enunciação projeta, para fora de si, os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso, que não se confundem com o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação. Essa operação denomina-se *desembreagem* e nela são utilizadas as categorias da pessoa, do espaço e do tempo.

Se partirmos do princípio de que todo o discurso procura persuadir seu destinatário, os mecanismos discursivos têm por finalidade criar a ilusão de verdade. Para isso são utilizados efeitos básicos produzidos pela aproximação ou distanciamento da enunciação. Em nossa narrativa, por exemplo, o texto possui trechos narrados em terceira pessoa, “conforme a denúncia do MPF à justiça, os assassinos são o fazendeiro o senhor Fermino Aurélio Escobar Filho, Rui Evaldo Nunes Escobar e Evaldo Luís Nunes Escobar são filhos do proprietário da fazenda São Luís...”, “no início de novembro de 2013, esses mesmos fazendeiros sócio da FAMASUL prometem contratar os pistoleiros novamente para atacar as comunidades Guarani e Kaiowá do YPO’I”. Algo que caracteriza um distanciamento da enunciação. Dessa forma, é “neutralizada” e nada mais faz que comunicar os “fatos” e o modo de ver de outros. Além de produzir efeitos de verdade objetiva, com a aparência de afastamento, evita arcar com a responsabilidade do que é dito, já que transmite sempre a opinião do outro, o saber das fontes.

No recorte: “Nós Guarani e Kaiowá lutamos contra o processo de genocídio financiado pelos fazendeiros e permitido pelo governo e justiça do Brasil”, proteja-se uma primeira pessoa no singular e, dessa forma, na mesma narrativa ocorrem alternâncias e os efeitos de sentido resultantes enunciação distribui o saber de diferentes modos e obtém efeitos também diferenciados. Ora de afastamento e ora de aproximação. Ao utilizar a debreagem actancial enunciativa - primeira pessoa - o enunciador procura lançar um olhar comprometido, apresentando fatos que vivencia e com isso faz um movimento para buscar soluções para a problemática enfrentada.

Notas finais

Por meio da análise do discurso indígena no ciberespaço, foi possível perceber que depois de séculos de dominação, os indígenas buscam ter voz ativa e romper o silêncio causado pela opressão dos brancos. Os avanços da tecnologia e a facilidade no uso da internet servem como facilitadores para que exponham suas necessidades e manifestem seus discursos. Além disso, foi possível compreender nas redes de significações os discursos produzidos e os processos de subjetivação daí recorrentes. Outro aspecto relevante é a percepção do uso da internet com finalidades sociais pela Assembleia dos Guarani – Aty Guasu que evidenciam os latentes conflitos ligados a terra que se estendem há anos.

Destacam-se temas como: genocídio indígena, poder dos grandes latifundiários, necessidade de reforma agrária, opressão dos fazendeiros sobre os índios, desigualdade social, discriminação e desrespeito à cultura indígena que subjazem à oposição vida x morte.

Importa, por fim, compreender o uso das redes sociais pelos povos indígenas como uma ferramenta colocada à disposição das minorias, dando-lhes autonomia para lutar pelos direitos que lhes cabem. Ademais, sabemos que “não

permitir que tenham suas terras é decretar-lhes morte certa, a morte de um povo” (BATISTOTE, 2012, p.195).

Referências

BARROS, D. L. P. de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4º ed. São Paulo: Ática, 2005.

BATISTOTE, M. L. F. **Semiótica francesa: em busca de sentido em narrativas míticas**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012.

BERTRAND, D. **Caminhos da Semiótica Literária**. Bauru: EdUSC, 2003.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese de doutorado, História da PUC/RS, 1997.

FIORIN, J. L.. **Elementos de Análise do Discurso**. 11ªed. São Paulo: Contexto, 2002.

LIMBERTI, R. C. P. **A imagem do Índio: discursos e representações**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Sulina, 2009.
Disponível

em: <<http://pt.scribd.com/doc/23058492/Redes-Sociais-na-Internet-%E2%80%93Raquel-Recuero>>.